

PAN-AFRICANISMO E EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS. CONTRIBUTO PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO SUL-SUL

Fernando Jorge Pina Tavares

Universidade de Santiago, Cabo Verde

I - O Pan-Africanismo no Devir Histórico da África

O pan-africanismo é um dos acontecimentos mais emblemáticos da África contemporânea e das diásporas africanas espalhadas pelas rotas de escravos, com repercussões sem precedentes no devir histórico do continente africano, bem como na formação da organização da Unidade Africana e de sua sucessora, a União Africana. Esse fenómeno político maior da África foi fundamental na constituição de uma identidade negra, tendo sido um factor de unidade, de luta dos negros por reconhecimento, direitos humanos, igualdade racial e depois como elemento agregador dos movimentos nacionalistas, na luta pela independência através de seus congressos, e também como componente aglutinador para a formação de uma instituição continental que tinha, entre os seus objectivos, a descolonização de todo o território africano.

Reportando-nos mais especificamente à formação da Organização da Unidade Africana (OUA) decorrente do pan-africanismo, importa citar o extracto do discurso de “inauguração” daquela organização, nas palavras do imperador Haile Selassie (Etiópia), figura única do continente africano e governante do país que se tornou sede da organização,

"Reunimo-nos para reforçar o nosso papel na condução dos assuntos do mundo e para cumprir o nosso dever para com este grande continente... O conhecimento da nossa história é indispensável para estabelecer a nossa personalidade e a nossa identidade de africanos. Proclamamos hoje aqui que a nossa maior tarefa consiste na libertação definitiva de todos os nossos irmãos africanos que se encontram ainda sob o jugo da exploração e do domínio estrangeiro... Sejamos isentos de recriminação e de rancor... Que a nossa acção (sic) se coadune com a dignidade que reclamamos para nós próprios

como africanos orgulhosos das nossas qualidades próprias, das nossas características e das nossas capacidades. Temos de evitar, antes de tudo, cair nas ciladas do tribalismo. Se nos dividirmos entre nós numa base tribal, isso constitui um convite à intervenção estrangeira, com todas as conseqüências nefastas que daí advém. “Reconhecendo que o futuro deste continente reside em última instância, numa reunião política, devemos reconhecer também que são numerosos e difíceis os obstáculos a vencer para lá chegar”. “Por conseqüência, é inevitável um período de transição”... certas organizações regionais devem assumir funções e satisfazer necessidades que não poderiam ser satisfeitas de outra maneira. Mas o que existe de diferente aqui é que reconhecemos estas situações no seu justo valor, isto é, como sucedâneos e expedientes temporários de que nos servimos até o dia em que tivermos atingido as condições que tornem possível a unidade africana total ao nosso alcance... Esta conferência não pode terminar sem a adoção de uma carta africana única. Não nos podemos separar sem criar uma organização africana uma que reúna os atributos que descrevemos. A carta africana de que falamos deve ficar de harmonia com a das Nações Unidas." (Ki-Zerbo, 1972).

O movimento pan-africano tinha como objectivo fazer com que os próprios negros se entendessem como um povo, isto é, tinha como conceito central a ideia de raça. Como faz notar, Almeida (2007, 2), partia-se do pressuposto de que uma vez que uma pessoa tenha a cor de pele negra ela faz parte de um povo negro. Parafraseando Canclini, diria do mesmo modo que ser cidadão africano, não tem a ver apenas com os direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais para os que nasceram em um território, mas também com as práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento (GARCIA CANCLINE, 1999:46). Mais do que um pensamento, o pan-africanismo se constituiu num movimento político-ideológico centrado na noção de raça. Assim, e como observa Hernandez “o que une os africanos é o apego às origens, à Mãe-África, impregnada de todo o seu passado comum” (LEILA HERNANDEZ, 2002:14). Esse enfoque não deve, entretanto, possibilitar uma conotação racista ao pan-africanismo, como tem sido interpretado por algumas correntes. Entende-se que pelas mesmas razões em que milhões de africanos são discriminados e excluídos do “direito de ser contemporâneo”, pelo simples facto de pertencerem à raça negra, também essa relação comum de pertencimento à negritude deve ser o factor de unidade para forjar a auto-

consciência negra e a identidade africana na luta pela afirmação dos direitos civis e dignidade de sua condição humana. Nestes termos, Antony Appiah (1997), reporta-se à ideia da existência de uma identidade africana, afirmando que apesar dela estar em formação, já se pode ver traços de sua existência. Um exemplo utilizado pelo autor para ilustrar a ideia de uma identidade africana é o de que se um negro estiver em Londres e alguém lhe perguntar, mesmo que pejorativamente, se ele é africano, esse alguém terá relacionado o facto de o indivíduo ser negro com a possibilidade de ele ser da África, sendo assim, isto é uma forma de identidade africana. Entretanto, observa Appiah, é muito triste que um continente tenha que ter como sua identidade o racismo e a discriminação, porém essa identidade a África já conseguiu, resta a ela conseguir outros melhores, o que é papel dos autores africanos forjar. Appiah observa ademais que a grande diferença entre os escritores euro-americanos e os africanos é que os primeiros têm-se preocupado com a busca do eu, enquanto que os últimos estão engajados na busca, ou construção de uma cultura. Nesta ordem de ideias, Stuart Hall (1997:18) assegura-nos que por bem ou por mal, a cultura é agora um dos elementos mais dinâmicos e mais imprevisíveis da mudança histórica no novo milénio e o pan-africanismo iniciou essa mudança histórica no continente africano e nas suas diásporas através das conquistas dos movimentos nacionalistas. Segundo Hall, não deve nos surpreender, então, que as lutas pelo poder sejam, crescentemente, simbólicas e discursivas, ao invés de tomar, simplesmente, uma forma física e compulsiva, e que as próprias políticas assumem progressivamente as feições de uma política cultural.

Enquanto movimento político e ideológico organizado, o pan-africanismo surge fora do continente africano e ganha força com os negros da diáspora que se unem contra a discriminação e subjugação a que eram sujeitos nas colónias americanas ainda no devir do século XIX. O contexto no qual ocorre o pan-africanismo manifesta-se de diversas formas, tais como congressos, conferências, criação de organizações, actividades educativas, literárias e até comerciais, dando ensejo para a continuada gestação de ideias anticolonialistas. Elas estão presentes, por exemplo, nos Congressos Pan-Africanos que se realizam em Paris (1919), Londres, Bruxelas e Paris (1921), Londres e Lisboa (1922) e New York (1927), eventos que conferem às actividades nacionalistas e à luta contra o colonialismo na África um carácter internacional, com

mais repercussão na África Ocidental. No contexto da dominação imperialista, os congressos pan-africanistas reforçam, segundo Hernandez (2002:41) “a tímida consciência dos negros de todo o mundo sobre sua condição de vítimas da opressão e da tirania”.

Na sua fase embrionária, o movimento pan-africano era composto por um selecto grupo de africanos com formação no ensino superior nas metrópoles europeias e nos EUA, sendo certo que a educação e o capital cultural foram determinantes na constituição desse movimento. Sua manifestação se configura de diferentes formas, sendo as principais as conferências e congressos, publicações em jornais, discursos, livros e formação de associações. De entre os principais mentores e protagonistas do pan-africanismo e dos movimentos nacionalistas africanos, merecem destaque, entre outros: Crummell, Kwame Antony Apiah, Eduard W. Blyden, Eduard Du Bois, Marcus Garvey, Nasser, Leopold Seghor, Aimé Césaire, Kwame Nkrumah, Wallace Jonson, Jomo Kenyatta, George Padmore, Patrice Lumumba, Mohammed V, Felix boigny, Cheik-Anta-Diop, Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Sukarno, Nehru, Kouyaté, Sékou Touré, Eduardo Mandlane, Halie Salassie, etc. .

Importa reflectir, em que sentido, essa plêiade de intelectuais e protagonistas do pan-africanismo e do seu legado histórico, pode constituir uma referência simbólica paradigmática e didáctica para se repensar uma “pedagogia do sul”, ancorada nos postulados da resistência dos negros na luta pela igualdade racial e pelo direito à autodeterminação política e dignidade da condição humana? Neste sentido de buscas pela formulação de novos modelos, perspectivas e agendas, compartilha-se da perspectiva de Boaventura de Sousa Santos (2007: 39-40) quanto ao processo de “tradução” por ele elaborado: A tradução é um processo intercultural, intersocial, é traduzir saberes de outros saberes, traduzir práticas e sujeitos de uns aos outros, é buscar inteligibilidade sem canibalização, sem hegemonização. É preciso criar inteligibilidade sem destruir a diversidade. Articulação possível através deste processo tradutor representa mais do que trocas de experiência e compartilhamento de ideias e práticas de cada movimento. Ela propicia uma rede do que Arturo Escobar (2005) nomeia como políticas de lugar, ou seja, políticas pensadas, a partir das subalternidades com vistas a

criar condições sociais, culturais e económicas questionadoras das ideias difundidas como universais pela globalização hegemónica. Como bem observam Rocha e Góes (2013: 17) esta perspectiva aponta alternativas aos modelos institucionalizados na política internacional ao colocar em pauta a desconstrução da universalidade de valores e práticas sócio-culturais. Assim, pode-se pensar em soluções contingentes aos problemas da África a partir de conhecimentos próprios e descolonizadores. Num mundo marcado pela perda de referências axiológicas, os processos educativos não podem descurar de construir e reconstruir, sem cessar, pedagogias alternativas e fronteiriças, que sejam significativas para as categorias raciais cujas trajetórias se configuram em ambientes excludentes e destituídos de sentido ético.

Mesmo tendo se iniciado nas diásporas africanas, o movimento pan-africano sofre um deslocamento para a África, com repercussões sem precedentes no empoderamento dos movimentos nacionalistas africanos que desembocaram na queda do imperialismo europeu e autodeterminação política das antigas colónias africanas da Europa. É pertinente reflectir, em que medida, o movimento pan-africanista pode constituir um campo de referência hermenêutica e epistemológica para se repensar não só o continente africano, ainda repleto de problemas, como também e sobretudo para a educação e a emancipação dos movimentos de resistência dos afro-descendentes espalhados pelas rotas de escravos. Pensar a África não é pensar apenas os africanos residentes no continente; pensar a África é pensar a negritude, as africanidades e a sua condição, e isso implica uma extensão do pensamento a todas as diásporas africanas espalhadas pelo mundo. Pode ser uma proposta de troca internacional que deve ter como foco o diálogo intercultural e a solidariedade entre os povos.

É fundamental que a organização pan-africanista, enquanto movimento de resistência e de luta pelos direitos dos povos africanos e afro-descendentes das diásporas, conquiste um espaço nas relações internacionais, na medida em que fez uma trajetória que pode ser capitalizada para a formação de novas gerações de movimentos sociais que pugnam, um pouco por todo o mundo, pelo direito à diferença e pela igualdade na diferença. Por outro lado, é plausível que a partir das trajetórias do movimento pan-africanista, seja possível a emergência de outros saberes e outras

pedagogias que poderão constituir novas pontes epistemológicas na reconfiguração do conhecimento a nível planetário. As organizações políticas e os movimentos sociais do sul, as novas identidades emergentes, devem, paulatinamente, conquistar o seu espaço, num cenário global marcado pela transformação do campo axiológico, em que as velhas fontes legitimadoras do saber e da verdade tendem a perder hegemonia. Neste novo cenário, torna-se necessária a consagração do diálogo intercultural e inter-geracional, enquanto paradigma emergente no restabelecimento das relações entre povos e culturas.

II - Educação das Relações Étnico-raciais e Pedagogia do Sul

Decorridos mais de um século sobre o emergir do movimento pan-africano, o continente negro atravessa ainda tempos sombrios, configurando uma autêntica “tragédia africana”. No campo político, muitos países africanos ainda se confrontam com regimes autoritários, tutelados por ditadores destituídos do sentido ético e humanitário, engendrando oligarquias afortunadas, em desabono da fome e miséria de milhões de africanos, auferindo menos de um dólar-*per-capta* para a sobrevivência diária. O cenário desolador, ilustrativo da situação socioeconómica do continente, deve interpelar educadores e filósofos da educação para um exercício reflexivo e crítico sobre o devir histórico da África, interrogando sobre as causas ontológicas subjacentes à tragédia africana e suas diásporas espalhadas pelas rotas de escravos. Este exercício reflexivo deve, ao estilo da ironia socrática, interpelar pedagogos e filósofos da educação, no sentido de começarem a rever as suas pautas metodológicas, incluindo a África e seus problemas na agenda da pesquisa e da investigação científicas.

A África clama por uma auto-consciência renovadora, por uma espécie de “paradigma perdido”, na óptica de Edgar Morin, que seja o prelúdio do seu próprio renascimento. Este artigo parte, precisamente, da situação da África e de suas diásporas configuradas pela ilustração de uma “tragédia”, para tentar identificar suas causas hipotéticas e perspectivar estratégias possíveis de políticas e filosofias da educação, capazes de potenciar a auto-consciência e o renascimento africanos. Para o efeito, procura-se resgatar factos históricos bem sucedidos, que de alguma forma,

perspectivaram positivamente o renascimento e a libertação da África. Neste sentido, elegemos o movimento pan-africano, um dos acontecimentos maiores da África contemporânea, como *lugar de enunciação* a partir do qual africanos e afro-descendentes diaspóricos possam se rever e reconstituir sua trajetória, ancorados nos sentidos comuns de pertencimento étnico-racial.

A proposta de uma auto-consciência africana ancorada nos postulados do movimento pan-africano deve ter como foco a identidade racial, salvaguardando-se entretanto a diversidade cultural dos africanos e suas diásporas. Esse enfoque constitui uma dimensão crítica face ao movimento pan-africano, no sentido de expurgá-lo da tentação racista inerente à sua fase enunciativa. Neste sentido, tradição e diversidade culturais constituem o foco principal do debate que pretendemos inaugurar na presente linha de pesquisa, a despeito de vislumbrar uma filosofia da educação sul sul, visando o empoderamento de novas gerações de africanos e suas diásporas. Como observa Hampâté Bâ (2003,14) quando se fala da tradição africana, nunca se deve generalizar, visto que, segundo esse autor:

“Não há uma África, não há um homem africano, não há uma tradição africana válida para todas as regiões e todas as etnias. Claro, existem grandes costumes (a presença do sagrado em todas as coisas, a relação entre os mundos visível e invisível e entre os vivos e os mortos, o sentido comunitário, o respeito religioso pela mãe etc.) mas também há numerosas diferenças: deuses, símbolos sagrados, proibições religiosas e costumes sociais delas resultantes variam de uma região a outra, de uma etnia a outra; às vezes, de aldeia para aldeia”.

É com este enfoque que nos propomos revisitar o pan-africanismo, como acontecimento de grande alcance para a África contemporânea, com o intuito de resgatar os seus valores sublimes consubstanciados no conceito de identidade racial, com repercussões sem precedentes no processo de constituição dos movimentos nacionalistas que desembocaram nas chamadas lutas de libertação. Esta abordagem metodológica pressupõe uma espécie de “revolução copernicana” na perspectiva kantiana, no conhecimento e investigação dos fenómenos africanos, a partir de uma visão da África – Sujeito e não da África – Objecto. Assim e parafraseando Leite (2003:10) é preciso considerar duas maneiras principais de abordar as realidades

africanas. Uma delas, que pode ser chamada de periférica, vai de fora para dentro e chega ao que pode ser definido de África – Objecto, que não se explica adequadamente. A outra, que propõe uma visão interna, vai de dentro para fora dos fenómenos e revela a África - Sujeito, a África da identidade profunda, originária, mal conhecida, portadora de propostas fundadas em valores absolutamente diferenciais. A segunda proposta, a da África-Sujeito deve fundamentar o estudo dos fenómenos africanos, designadamente a educação, cuja metodologia de investigação deve adoptar como ponto de partida uma espécie de epoché husseliana, na abordagem das teorias sobre a África e do seu devir histórico. Esta perspectiva possibilita um conhecimento da África de dentro para fora, na sua concretude existencial, contrariando as tendências discursivas hegemónicas localizadas no norte.

Como observam Rocha e Góes (2013:3) há um predomínio de modelos europeus e estadunidenses no delineamento ideológico, económico, social e cultural sobre a dinâmica internacional e as políticas formuladas por seus autores. Nesta linha de pensamento, asseguram as autoras, são diversas as importações de políticas que não correspondem às realidades de outras regiões ao redor do globo, regiões que muitas vezes compartilham consideradas as diferenças das reminiscências do processo moderno de colonização pelo qual passaram. Fazendo analogia com o continente africano e suas diásporas no contexto das relações internacionais, e tendo presente as diferentes políticas educacionais empreendidas nas últimas décadas, observa-se, seguindo essa linha de pensamento, que o ponto comum entre as diversas políticas importadas é o do papel secundário dado à cultura nos delineamentos de acções locais e regionais. Via de regra, a cultura é abordada predominantemente como instrumento facilitador de projectos de integração ou outros e não como ponto chave na compreensão das realidades locais, e a África também se revê nesta lógica. Aprender com o Sul se faz necessário, pois é a partir do conhecimento e o compartilhamento das experiências de exploração epistemológica e económica e de anulação cultural pelas quais passaram regiões colonizadas, como a África, que se faz possível repensar nossas formações subalternas, criando, assim, alternativas a esses processos excludentes. É preciso então ressaltar propostas plurais e tradutoras que busquem responder aos anseios comunitários das populações inferiorizadas pelos processos de colonização e pela

continuidade dessa inferiorização depois das independências. Propõe-se pensar e construir, assim, modos de lutas sociais que primam pela igualdade em conjunto com a diferença.

Abordar a problemática da educação no contexto da África contemporânea, com enfoque na identidade étnico-racial, constitui um poderoso instrumento simbólico para a constituição de sinergias criativas e inovadoras na reconfiguração de um projecto educacional potenciador do renascimento africano. Como faz notar Benetict Anderson (1983), “as culturas são as lentes pelas quais vemos o mundo, e como tais devem ser consideradas na formulação de políticas de modo a compreender sua fluidez, sua contingencialidade, pois perpassam todas as relações humanas e sociais”. Um dos maiores constrangimentos que se colocam às políticas educacionais no continente africano prende-se com a importação de modelos pedagógicos, que nem sempre traduzem as realidades e especificidades culturais dos povos africanos, ignorando, quase sempre, a sua identidade étnico-racial e diversidades culturais. A formulação de modelos sem a ponderação sobre as diferenças relativas a essas construções identitárias que são contingentes, provisórias e locais por fazerem referência constante às ideias partilhadas – acabam por abrir espaço a visões hierarquizantes de determinadas culturas sobre as demais. Assim, os estudos culturais apontam inúmeras contribuições à presente análise por pautarem a “centralidade da cultura na constituição da subjectividade, da própria identidade, e da pessoa como um actor social” (HALL, 1997:20).

Uma proposta educacional compatível com as realidades africanas, deve focalizar não só a identidade étnico-racial como também a diversidade cultural das nações africanas e suas diásporas. Isto é, deve ser uma proposta educacional democrática, que enfatize a igualdade racial na diferença cultural. Este enfoque exige uma abordagem fenomenológica da educação africana, cujo fundamento emana dos fenómenos e problemas que afligem a África e suas diásporas, focalizando sempre a especificidade étnico racial. Ou seja, uma abordagem pedagógica que parta de uma visão da África Sujeito, de dentro para fora, passível de erigir uma auto-consciência africana ancorada na reminiscência pan-africanista como fenómeno primordial e fonte de inspiração. Esta abordagem metodológica constitui um desafio e uma interpelação,

no sentido de construir novas pontes epistemológicas, com vista à inclusão dos problemas africanos na pesquisa filosófico-educacional, na perspectiva de uma “pedagogia do sul”. Essa proposta contraria um a falsa pretensão etnocêntrica sobre a historiografia africana, fundamentada na ideologia alemã de inspiração hegeliana, a qual considera que os povos africanos não tem história, ou, pelo menos, que a sua história remonta à historia da colonização europeia da África, ignorando, deste modo, toda uma cultura e civilização ancestral africana, cuja historicidade remonta à própria pré-história da humanidade.

Referencias Bibliográficas

ALMEIDA, E.R. Pan-africanismo e a Formação da OUA. Revista Geo - Paisagem

Ano 6, no 12, 2007. Julho a Dezembro de 2007. ISSN n. 1677 – 650 X.

APPIAH, Kwame Anthony. Na casa de meu pai. A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, 304

BÂ Amadou Hampâtê. Amkoullel, o Menino Fula. Tradução Xina Smith, São Paulo, Editora Palas Athena: Casa das Áfricas, 2003.

CANCLINI, Néstor Garcia. Consumidores e cidadãos: Conflitos Multiculturais da Globalização. 4ª Edição, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1999

ESCOBAR, Arturo. Más alla del Tercer Mundo: Globalizacion e Diferencia. Bogota, Instituto Colombiano de Antropologia e História, 2005.

HALL, Stewart. Jul./Dez. 1997. A Centralidade da Cultura: Notas sobre as Revoluções de Nosso Tempo. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, 22 (2):15 - 46

HERNANDEZ, Leila Leite. O Pan-africanismo. In A África na Sala de Aula: Visita à História Contemporânea. São Paulo: Selo Negro Edições, 679 p. 131- 155.

HERNANDEZ, Leila Leite. Os Filhos da Terra do Sol. A Formação do Estado-nação em Cabo Verde. São Paulo, Summos, 2002.

KI-ZERBO Joseph. História da África Negra II, 1972. Disponível em <http://www.angolapress.angop.ao/diadeafrica-historia.asp/> acesso em 18/11/2014

ROCHA, E. ; GÓES, V. Culturas e Epistemologias do Sul: As Relações Internacionais Traduzidas pelos Movimentos Sociais da América Latina. Franca, UNESP, 2013

SANTOS, Boaventura de Sousa. Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social. São Paulo, Bontempo, 2007